

Documentação  
 JT  
 Data 23/5/2000 Pg. 3A  
 Class. 93

# Governo deve editar nova MP para alterar o Código Florestal

Assim, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, garante a troca dos integrantes da Comissão Mista no Congresso e a elaboração de um novo parecer que altere o código atual

Para garantir a troca dos membros da comissão mista do Congresso e a elaboração de um novo parecer mudando o Código Florestal, o governo poderá editar uma nova medida provisória (MP), em vez de simplesmente reeditar a antiga.

A informação é do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que ontem anunciou também a intenção de propor a retirada do projeto que prevê o desmatamento de 10% dos manguezais para produção de camarão. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o projeto está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado de amanhã.

Sarney Filho explicou que não seria possível mudar os integrantes da comissão mista que aprovou o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) - em sua maioria formada por representantes ruralistas -, se o governo optar pela reedição da MP. Isso

porque uma resolução recente do Congresso sobre tramitação de projetos de conversão prevê a manutenção da comissão e do parecer, quando se tratar de reedição de uma mesma medida.

O governo, mesmo reeditando a MP e aproveitando integralmente as sugestões do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), esbarraria na resolução. Da mesma forma, a decisão dos líderes dos partidos na Câmara de formar uma nova comissão, mais ampla, para re-discutir o Código Florestal, também não poderia ser executada.

### Prazo curto

Sarney Filho contou que o governo só espera o parecer dos técnicos sobre legislação para decidir a estratégia. Se optar por uma nova MP, precisará editá-la antes de sexta-feira, quando obrigatoriamente teria de fazer a reedição da antiga medida.

"A provável edição da nova

MP faz o processo retornar à estaca zero", diz o ministro, garantindo que o governo vai adotar a proposta do Conama, que garante proteção ambiental para 80% das propriedades rurais na Amazônia e 35% das existentes no cerrado.

Organizações não-governamentais (ONGs) querem que se aproveite o apoio da sociedade para garantir proteção para uma área maior do que a almejada pelos ruralistas. A proposta de Micheletto, derrotada no Congresso, reduzia a 50% a reserva legal na Amazônia e a 20% no cerrado. Integrantes da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do Instituto Socioambiental, do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), do Greenpeace e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) pediram ontem ao ministro empenho para aprovação das novas regras florestais ainda em junho.

As entidades também querem que o projeto que altera parte do Código Florestal para beneficiar a produção de camarões em mangues não seja votado em uma comissão separada - no caso, a de Assuntos Sociais do Senado.

Sandra Sato/AE



SARNEY FILHO: 'A provável edição da nova MP faz o processo retornar à estaca zero'